



O PENSAMENTO DECOLONIAL NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO:

Por uma educação intercultural, justa e igualitária

Márcia Cristina de Castro Cardoso dos Reis | UFPA/ ICED

Waldir Ferreira de Abreu | UFPA/ ICED

RESUMO:

O pensamento decolonial surgiu como uma referência de compreensão do mundo e de suas complexidades, através de uma reflexão e de um diálogo críticos em contraposição à ideologia eurocêntrica implantada na sociedade. Nessa perspectiva, este artigo tem por objetivo discutir a importância do pensamento decolonial no enfrentamento do racismo, o processo de historicidade que fundamenta tal prática, sua presença no ambiente escolar, a implementação de leis que deram subsídios para o desenvolvimento de ações e práticas antirracistas na escola. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que se embasou em várias literaturas que tratavam da temática, buscando assim explicitar todo o contexto sociocultural que permeia as relações desenvolvidas na sociedade em torno da situação do racismo e das marcas deixadas por estes atos na vida daqueles que sofreram com esta prática cruel. O estudo conclui que há a necessidade de desenvolver uma educação antirracista onde a escola seja o território para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a construção de novas identidades, num processo de diálogo entre alunos, professores e toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: Pensamento decolonial. Racismo. Educação antirracista.

DECOLONIAL THINKING FACING RACISM:

For an intercultural, fair and egalitarian education

ABSTRACT:

Decolonial thinking emerged as a reference for understanding the world and its complexities, through critical reflection and dialogue in opposition to the Eurocentric ideology implanted in society. In this perspective, this article aims to discuss the importance of decolonial thinking in the fight against racism, the historicity process that underlies such practice, its presence in the school environment, the implementation of laws that provided resources for the development of anti-racist actions and practices in school. This is a bibliographic research that was based on various literatures that address the theme, thus seeking to make explicit the entire socio-cultural context that permeates the relations developed in society



around the situation of racism and the marks left by these acts in the lives of those who suffered with this cruel practice. The study concludes that there is a need to develop an anti-racist education where the school is the territory for the development of pedagogical practices aimed at the construction of new identities, in a process of dialogue between students, teachers and the entire school community.

Keywords: Decolonial thinking. Racism. Anti-racist education.

INTRODUÇÃO

A intenção deste estudo é explicitar a importância da pedagogia decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo vivenciado e presenciado não somente nas escolas, mas também na sociedade como um todo.

O interesse pelo tema surgiu a partir de um trabalho voluntário, desenvolvido em uma escola pública estadual em Belém/PA no ano de 2018. Nessas ações, realizamos atividades socioeducativas como: palestras, rodas de conversas, debates, apresentação de vídeos, elaboração e socialização de cartazes confeccionados em sala de aula, entre outros, sobre vários temas: bullying, drogas, violência, cidadania, respeito, cuidados com o meio ambiente, racismo entre outros. Durante o desenvolvimento das atividades, podemos perceber vários tipos de atitudes e ações racistas, que iam desde falas pejorativas, com apelidos, xingamentos, discussões e violência física entre os alunos. Tais atitudes deixavam os mesmos tristes, nervosos, com baixa autoestima, o que levava alguns a negarem sua cor, pois não se reconheciam como negro e/ou preto e sim como moreno e até como branco. Esses exemplos nos mostram que muitos estudantes negam ou ocultam sua cor, revelando com essa atitude um sentimento de complexo e inferioridade.

Por conseguinte, o racismo se faz presente a todo instante, nos mais diversos lugares, esferas sociais, em “brincadeiras”, piadas, ditas com a normalidade crucial e também através de tons sarcásticos e de gozação.



Podemos dizer que essa problemática do racismo nas escolas é objeto de estudos, discussões, debates e questionamentos. Logo, essas ações levantam preocupações sobre as relações que perpassam no campo étnico-racial, pois torna-se um espaço de debates críticos desenvolvidos com a pretensão de influenciar na construção de um novo paradigma. Percebemos isso, através das lutas estabelecidas pelos vários movimentos sociais; na produção de estudos e pesquisas que desmistificaram as nossas identidades culturais, étnicas e raciais.

A pedagogia decolonial se apresenta como uma concepção atual de enfrentamento às ideias de dominação e subalternização que foram disseminadas ao longo dos séculos, fundamentadas numa pedagogia colonial, tradicional, eurocêntrica e elitista, que no seu âmbito faz uma separação de classes, poderes, valores e saberes, usando sua ótica subversiva e de dominação dos povos durante séculos afins.

A partir dessas circunstâncias, o pensamento decolonial tenciona uma reflexão da realidade de forma crítica e totalitária, a fim de que as contradições sejam percebidas de maneira dialética pelos sujeitos sociais.

No tocante aos procedimentos metodológicos adotados para produção do texto, destacaremos a pesquisa bibliográfica como marco para esta investigação, que para Marconi e Lakatos:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até os meios de comunicação orais: rádio, gravações e áudio visuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicada, quer gravada (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Portanto, este tipo de pesquisa vai subsidiar o estudo, identificar e compreender os conceitos e pressupostos que giram ao redor da temática, de forma a revelar suas particularidades.



Para Gil (2008, p.50) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Assim sendo, seguindo estas orientações, poderemos elucidar os fatos que permeiam a problemática estudada, sem deixarmos de lado a questão de coletar informações seguras das obras que serão consultadas, para que a pesquisa não seja prejudicada.

Para isso, utilizamos as obras dos seguintes autores: Arroyo (2014), Quijano (2005), Mota Neto (2016), Walsh (2009) e Maldonado-Torres (2007), que discorrem sobre a pedagogia decolonial e elencam as categorias (do poder, do saber e do ser). Já com relação ao racismo lançamos mãos de textos de: Gomes (2005), Rosemberg (1985), Moura (2005), Munanga (1984), Bernd (1994), Silva (2005), Cavalleiro (2001), Figueiredo (2017), a Constituição Federal de 1988, o Parecer 03/2004 do Conselho Nacional de Educação, a Lei nº 10.639/ 2003 e a Lei nº 11.645/2008, que desmistificam a questão do “ser negro” em uma sociedade tão racista e preconceituosa como a que vivemos, e estas contextualizações têm o intuito de tornar relevante o estudo proposto.

O PENSAMENTO DECOLONIAL E SUA VISÃO DEMOCRÁTICA

Assunto recente no meio acadêmico e nos movimentos sociais, o pensamento decolonial surge por volta da década de 1990 como uma proposta de desconstrução dos pensamentos e ideias implantados e difundidos pela lógica eurocêntrica de dominação dos povos colonizados, ou seja, é a construção de uma nova forma de pensar e produzir novas identidades culturais e sociais. Nesse contexto, a educação surge como um alicerce primordial desta prática epistemológica, pois este pensamento emerge como uma ferramenta de luta e resistência dos sujeitos sociais.

Antes de falarmos do processo de colonização é necessário analisarmos os conceitos de colonialismo e colonialidade explicitados por Maldonado-Torres (2007):



O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferentemente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, relaciona-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131).

Assim, podemos dizer que o colonialismo era uma imposição de caráter político, já a chamada colonialidade é algo que ficou impregnado profundamente no cerne de um povo e que se manteve apesar da autonomia das colônias, ou seja, mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade continuou existindo.

O processo de colonização e a imposição de poder fundamentou-se tendo como base o capitalismo que estava inserido na exploração econômica das colônias e este processo dividiu-se em três categorias:

1) Colonialidade do poder:

Durante o século XV, o processo de colonização realizado pelos países europeus na África, Ásia e América consolidou a propagação da ideologia dominante sobre os povos dominados. Fazendo o uso da força, violência e crueldade, estas nações e/ou impérios disseminavam suas ideias de supremacia racial, étnica e cultural, levando a escravidão, dominação e manipulação dos povos, ampliando assim sua expansão e exploração territorial e econômica.

Ressaltamos que na América essa questão de poder entre dominantes e dominados perpassava pela lógica da raça, o que servia como distinção entre uns e outros, algo que era muito natural na época. E essa estrutura de poder era firmada pelas identidades hierarquizadas, pelo papel econômico e social dos sujeitos envolvidos.



Resultado dessa lógica de poder era – a escravidão, servidão, a exploração econômica e sexual, a dominação e a violência – o que legitimava o pensamento patriarcal, explorador, capitalista, colonial e dominante, que subjugava e violentava os sujeitos, não lhes permitindo a chance de viverem de acordo com suas identidades, crenças, religião, saberes e pensamentos. Como nos relata Walsh:

Essa colonialidade do poder que ainda perdura estabeleceu e fixou uma hierarquia racializada: brancos (europeus), mestiços e, apagando suas diferenças históricas, culturais e lingüísticas, “índios” e “negros” como identidades comuns e negativas (WALSH, 2009, p. 14).

2) Colonialidade do saber:

A Colonialidade do saber está centrada na ideologia eurocêntrica difundida para os povos dominados, pois a lógica dominante julgava-se como aquela que possuía todo um legado de saber avançado e moderno, ao passo que, os povos dominados tinham uma cultura atrasada, sem valor e medíocre, por conseguinte, deviam incorporar o saber e o conhecimento europeu. Isso é a negação de toda uma vivência cultural e dos saberes destes povos, negação esta que se dá a partir da ótica dominante, pois para os europeus, o saber legítimo e moderno estava em suas mãos. Arroyo (2014, p. 40) destaca que “o pensamento que se conformou sobre os povos colonizados e que os conformou como inferiores passou a ser usado como um dos instrumentos de legitimação da relação política de dominação/subordinação”. Essa forma de enxergar a realidade fortaleceu a distinção de raça imposta aos povos, visto que, quem poderia dar crédito a sujeitos que estavam à margem da sociedade: escravizados, explorados, pobres e com uma cultura e saberes “atrasados”? Os saberes e conhecimentos “modernos e com credibilidade” pertenciam aos brancos (europeus). Quijano (2005) explicita bem esse processo:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o



caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (QUIJANO, 2005, p. 115).

3) Colonialidade do ser:

Baseado na questão da raça, este tipo de colonialidade faz a distinção entre os seres, ou seja, uma relação antagônica e dicotômica entre colonizadores e colonizados, relação esta que lhes negava a condição de existência como seres humanos. Pessoas eram vistas como corpos aptos para os mais variados tipos de trabalho, sujeitos que não tinham alma e que possuíam religiões consideradas verdadeiras heresias. Esta lógica aniquilava, amordaçava e destruía a condição humana destes sujeitos, pois, havia uma hierarquia que se baseava até na genética para explicar a questão da diferença entre as raças, dessa forma, a ideia da supremacia branca se respaldava deste conceito para manter-se no topo da pirâmide social. Segundo Mota Neto (2016, p.96), “a colonialidade do ser abrange as consequências de todas as formas de domínio no existir humano, na sua corporalidade, na vida negada aos povos colonizados, sobretudo os negros e indígenas”. Portanto, toda essa negação da existência humana era justificada pela barbárie praticada contra esses povos.

O PENSAMENTO DECOLONIAL NO ENFRENTAMENTO DA REALIDADE

O pensamento decolonial surge como uma forma de luta contra a dominação hegemônica e eurocêntrica perpetuada e imposta desde a invasão às colônias, ou seja, podemos dizer que é um paradigma contra o sistema forjado no embrião da exploração e violência prescrito aos povos. É uma contraposição ao sistema capitalista/explorador e contra o seu projeto de destruição, extermínio, violência, exclusão e morte perpetuado ao longo dos séculos. Por conseguinte, o pensamento decolonial é:

[...] um conjunto de práticas epistêmicas de reconhecimento da opressão, mas sobretudo, como um paradigma outro de compreensão do mundo, interessado em revelar, e não esconder, as contradições geradas pela modernidade/colonialidade, em diálogo crítico com as teorias europeias, mas elaborado, fundamentalmente, a partir



de uma perspectiva não eurocêntrica de mundo, atenta às realidades vividas pelas populações periféricas e aos seus conhecimentos, às suas culturas e às suas estratégias de luta (MOTA NETO, 2016, p. 19).

Ressaltamos que este projeto ético-político de luta e resistência surgiu inicialmente dentro dos movimentos sociais que almejavam uma sociedade mais justa, onde os sujeitos sociais (homens, mulheres, negros, indígenas, quilombolas, crianças, jovens e idosos) ganharam voz na luta por direitos. E este embate visa à tão almejada transformação estrutural e social que é capaz de criar novos modelos na esfera social e de construir novas relações de poder, de saber e de ser opostas àquelas que vivenciamos na atualidade.

Em suma, este pensamento pode ser compreendido como um reconhecimento das práticas de opressão e desigualdades existentes na sociedade. É um lugar de criação, de pensar as contradições, de viver, de fazer e possibilitar novas construções da realidade que foi determinada como “normal”, que é palco de uma existência firmada no aparelho ideológico do Estado, cuja ótica é capitalista, dominante, heteropatriarcal, desigual, racista, desumana e exploradora. É a busca por uma transformação das estruturas sociais, baseadas na ruptura de paradigmas estabelecidos por uma pedagogia dominante.

Portanto, o pensamento decolonial destaca-se como uma forma de luta e resistência, de grito, de não se calar ante a tantas desigualdades e esta luta deve ser travada dentro dos movimentos sociais, nos vários setores da sociedade, nas escolas, nas instituições, nas organizações, nas ruas, enfim, onde quer que seja possível, os sujeitos sociais precisam levantar a voz contra o sistema que oprime, exclui, escraviza, mutila, mata e fundamenta suas ideias. Estes sujeitos devem se apropriar desse pensamento como um espaço de aprendizagem, ou seja, um espaço diversificado, que se transforma, modifica-se e ressurgem trazendo a reflexão, a partir do momento em que as pessoas envolvidas passam a questionar as práticas e conceitos herdados que foram incorporados ao longo dos séculos. Este pensamento trava lutas contra os mais



diversos males sociais como: a exploração, a pobreza, o racismo, o desemprego, o subemprego, preconceitos, discriminação, negação dos saberes e valores, das identidades, das culturas, a negação das existências e da humanidade que se faz presente em cada ser humano. Humanidades que gritam por dignidade e igualdade entre todos independentes de raça, etnia, cor, gênero, crença e classe social.

O RACISMO E SEU PROCESSO HISTÓRICO

O racismo no Brasil tem suas raízes fincadas desde o processo de colonização. Logo, a escravidão consolidou-se como uma forma de opressão e barbárie. Foram anos de dominação e exploração, perpetuadas nos mais diferentes atos, que por vezes custavam a vida daqueles que se rebelavam e não aceitavam tais práticas. Homens, mulheres, jovens, crianças e idosos eram vistos como sujeitos sem valores e que estavam preparados para exercerem as mais diversas tarefas e serviços.

Não obstante, difundia-se a ideologia preconceituosa de uma elite branca, de que estes indivíduos eram rudes e atrasados em todos os aspectos, o que consolidava a hierarquia das raças, como argumento que respaldava o domínio europeu sobre os países ditos “não civilizados.”

Nessa conjuntura de expropriação, os negros eram vistos como mão-de-obra escrava e não possuíam: direitos, voz e vontade própria, o que restava era obedecer à vontade e a abjeção de “seus senhores.” Eram sujeitos vistos como seres sem reputação, sem moral e que precisavam ser aculturados, precisavam de regras e de domínio impostos por quem detinha o poder econômico, cultural e social.

Então como dar credibilidade a estes sujeitos? Suas vidas, seus sentimentos, suas idéias, histórias, experiências e vivências pouco importavam aos colonizadores. Cabia-lhes somente obedecer e acatar tudo o que era imposto na força e com crueldade. Discriminados e expropriados de tudo, era certo que atos preconceituosos e racistas fossem praticados contra estes indivíduos.

Vivemos num país multicultural que sofreu influências de vários povos que trouxeram em suas bagagens todo o arcabouço cultural, crenças e conhecimentos.



Podemos destacar em especial os negros trazidos da África, que mesmo aportando na Colônia como escravos conseguiram influenciar e inserir tradições, saberes e conhecimentos no nosso modo de viver, apesar de serem explorados e subjugados e vistos como seres desprezíveis. Com isso, a ideologia racista foi construída levando em conta a representação negativa dos negros como: inferiores, feios, preguiçosos, que possuíam religião, costumes e cultura errados, seres sem inteligência, que tinham na cor da pele a marca da sujeira. Estes povos foram discriminados não só porque possuíam características físicas diferentes, mas também por causa dos seus costumes e suas tradições. Foram vistos como seres sem inteligência e sem uma religião correta por isso precisavam ser ensinados dentro dos saberes e da doutrina religiosa dos brancos (catolicismo). Toda essa ideia permeada revelava que:

[...] a cor mais ou menos escura da pele, o estado crespo do cabelo e as inferioridades intelectuais e sociais são frequentemente associadas a pele mais ou menos clara, o cabelo liso e o rosto ortognado são atributos ordinários dos povos mais elevados na série humana. Jamais um povo de pele escura, cabelo crespo e rosto prógnato poderá elevar-se espontaneamente a uma civilização (MUNANGA, 1984, p, 43).

Podemos dizer que o racismo é um ato discriminatório que se respalda na concepção de que existem diferentes raças e que uma é superior às outras, ou seja, a ideia de que a raça branca é a melhor. E quando falamos de racismo, percebemos que a primeira imagem que nos vem à mente é o ato discriminatório contra as pessoas negras, mas na verdade, o racismo é um preconceito fundamentado na diferença das raças e esse tipo de preconceito pode ser também contra índios, asiáticos, judeus, etc., ou seja, é também um preconceito étnico.

Segundo Bernd (1994), “o indivíduo preconceituoso é aquele que se fecha em uma determinada opinião, deixando de aceitar o outro lado dos fatos”. Devido a isso, as pessoas que têm preconceito não admitem sua posição, pois temem o fato de



serem vistas como preconceituosas e foi dentro desta lógica racista que a sociedade brasileira foi estruturada.

Ora, o abismo social existente entre brancos e negros contribui para a segregação racial, visto que é fruto de vários séculos de exploração, discriminação e opressão. E quando falamos de séculos, contabilizamos mais de trezentos anos de escravidão e mesmo hoje depois de tantos anos, esta instituição desumana e violenta tem suas raízes veladas na sociedade brasileira. São desigualdades que se apresentam e fazem a distinção entre as classes sociais: brancos e negros separados pelas desvantagens no cotidiano, seja na educação, nas condições de moradia, saúde, segurança e no mercado de trabalho. Para Ângela Figueiredo:

A abolição da escravatura foi um processo importante, mas não suficiente para a descolonização das sociedades. No Brasil, a “independência sem descolonização” manteve os negros, pardos e indígenas excluídos, explorados, marginalizados, segregados dos espaços de poder social, cultural, econômico, político e educativo (FIGUEIREDO, 2017, p. 92).

Por conseguinte, o que sobra para a população negra e indígena são as desigualdades, a discriminação e as mais variadas formas e atos racistas, que são expostos no cotidiano vivido por tantas pessoas nas mais diferentes cidades e comunidades do Brasil.

O RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR

Um dos espaços no qual presenciamos atos racistas é a escola, e este ambiente foi criado como um lugar de ensino e aprendizagem, de busca por conhecimentos, espaço de igualdade, de compartilhar e partilhar experiências e saberes, mas que hoje serve de palco para práticas tão cruéis, isso nos leva a seguintes indagações: O que está acontecendo com nossos alunos? Por que estas práticas estão tão presentes no cotidiano escolar? O que podemos fazer para barrar tais atos?

Embora seja negado pelo discurso da sociedade, vemos que o racismo ainda está presente no cotidiano da população e essa violência não pode calar aqueles que



lutam pela afirmação dos seus direitos. Diante desse triste cenário, é preciso fazer reflexões acerca do exposto: Quais as atitudes dos professores frente à questão do racismo dentro das escolas? Qual deve ser o papel desse (a) educador (a) na construção de uma identidade cultural brasileira? Qual a função da escola na transmissão de conhecimentos relativos à diversidade étnico-racial do nosso país?

Faz-se necessário que a escola aprofunde a discussão na questão do conhecimento aliado a pluralidade cultural e étnica e a realidade social de cada comunidade no entorno da escola, ou seja, uma educação pautada em princípios democráticos, pois para Moura:

Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história (MOURA, 2005, p. 76).

Ressaltamos que um fator de fortalecimento na luta contra o racismo nas escolas foi a promulgação da Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece como caráter obrigatório o ensino sobre a história da cultura afro-brasileira, o que serve para fortalecer o espaço escolar como local de discussão e reflexão sobre o tema. Esta lei também serve como instrumento de combate ao racismo e à discriminação racial e coloca o povo negro como protagonista de uma história de luta e resistência contra a barbárie imposta pela elite dominante:

Portanto, estudar as Africanidades Brasileiras significa tomar conhecimento, observar, analisar um jeito peculiar de ver a vida, o mundo, o trabalho, de conviver e de lutar pela dignidade própria, bem como pela de todos descendentes de africanos, mais ainda de todos que a sociedade marginaliza (SILVA, 2005, p. 156).

É importante salientarmos também sobre o papel do (a) professor (a) no enfrentamento do racismo, já que a partir do momento que o educador (a) passa a refletir sobre esta problemática, é necessário criar práticas pedagógicas no sentido de



orientar seus alunos sobre a importância da diversidade sociocultural e étnico-racial que o Brasil possui.

Independentemente do que cada um acredita, é fundamental que haja o devido respeito entre todos e que a questão da cor da pele, dos olhos, tipo de cabelo, formato do nariz, sejam só elementos físicos que diferenciem os povos e não fundamento para a discriminação.

Destarte, é primordial que seja explicitado o grande sofrimento pelo qual esses povos passaram, a forma violenta como as famílias foram separadas, pessoas sendo vendidas como se fossem objetos, sendo acometidas por todo tipo de abusos: físico, sexual e moral. Cabe ao professor (a) desenvolver um diálogo com os alunos de forma crítica e reflexiva explicitando que estas desigualdades (social e racial) existem até hoje e que precisam ser ultrapassadas.

Nesse contexto, o (a) professor (a) tem o dever de desconstruir essa ideia equivocada de que os negros são inferiores, e quando surgirem as brigas, ofensas, apelidos e gozações racistas em sala de aula, é o momento da intervenção, de colocar em ação as práticas pedagógicas nas quais os alunos possam refletir sobre seus atos.

É preciso que as práticas pedagógicas sejam orientadas por princípios éticos que norteiem as relações estabelecidas entre professores, pais e alunos no interior das escolas brasileiras. E é necessário inserir a discussão sobre o tratamento que a escola tem dado às relações raciais no interior desse debate (GOMES, 2005, p. 150).

Logo, não basta apenas o (a) professor (a) se tornar um exímio estudioso da cultura negra, é preciso que sua prática profissional esteja fundamentada em princípios éticos norteadores, baseados no respeito, no direito e na igualdade.

Ressaltamos também a necessidade da presença da cultura afro-brasileira no currículo do ensino de todas as escolas, para que este assunto não seja lembrado só em datas comemorativas, mas que faça parte do cotidiano escolar sempre que for preciso, pautado num trabalho sério e competente, que retrate esse processo de exclusão social que permeia a situação das camadas excluídas da sociedade, que são



invisíveis aos olhos humanos, levando estes sujeitos sociais a não se reconhecerem como sujeitos com direitos, o que gera uma enorme diferença entre as classes sociais. Diferença que se pauta muito na questão econômica e que aumenta o abismo entre os seres humanos.

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL ANTIRRACISTA

Falar sobre uma educação antirracista requer analisarmos que este termo no Brasil é fruto de pesquisas, estudos recentes, debates e leis como exemplo a Lei nº 10.639/2003, a qual estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo das escolas, incluindo também as discussões em livros, teses e artigos científicos que tratam do assunto e fundamentam bases para uma educação livre de preconceito e discriminação. Logo, podemos dizer a educação antirracista é um recurso pedagógico que tem como finalidade promover uma educação de qualidade, onde o preconceito, o racismo e a discriminação devem ser desconstruídos e banidos da sala de aula, ou seja, que estes atos deixem de existir. A partir disso, nos indagamos: o que seria essa educação antirracista desenvolvida no ambiente escolar?

No cotidiano escolar, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamento diferenciados. Nela, estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.), precisam ser duramente criticados e banidos. É um caminho que conduz à valorização da igualdade nas relações. E, para isso, o olhar crítico é a ferramenta mestra (CAVALLEIRO, 2001, p. 150).

Podemos dizer que, no campo jurídico, vários materiais foram estabelecidos para que este tipo de educação pudesse proporcionar um outro olhar para a problemática, olhar este mais reflexivo sobre a importância e valorização do negro na sociedade.

Um desses exemplos é a Constituição Federal de 1988, que corrobora e reconhece a diversidade étnica dos povos negros na formação social do Brasil. E no artigo 242, parágrafo 1º ressalta que "o ensino de História do Brasil levará em conta as



contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”.
(BRASIL, 1988, p. 66)

Salientamos que este reconhecimento jurídico foi fortalecido pelas lutas dos movimentos sociais negros, que durante anos buscavam a consolidação de leis que garantissem seus direitos. Lutavam por uma perspectiva de igualdade, de respeito, de uma nova ressignificação de raça pautada numa política de direitos, de valorização, de identidade cultural, onde histórias de vidas pudessem ser consideradas e valorizadas. O resultado dessa mobilização social foi refletido na educação, pois esta é um dos pilares para a mudança na sociedade e a sala de aula é o ambiente certo para o desenvolvimento desta proposta educativa.

Em meados de 1990, o Ministério de Educação implementa os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que entre outros temas, tratava da diversidade cultural que deveria ser evidenciada no currículo de História, levando em consideração o estabelecimento de uma análise crítica e reflexiva da questão étnico-racial do país.

Mais tarde, surge a Lei nº 10.639/2003, que ressalta sobre a importância do ensino da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, visando assim construir uma nova concepção e imagem do povo negro na formação da sociedade brasileira. Isto está firmado no artigo 26-A desta lei. Já o parágrafo primeiro deste artigo estabelece que:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo de História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

Após a promulgação desta lei, surgem vários estudos e pesquisas no âmbito acadêmico que vislumbravam as possibilidades de desmistificação deste assunto, com novas perspectivas e amplitudes, garantindo assim, formas de superação do racismo e da discriminação racial, dando início à construção de um novo paradigma que permitirá o rompimento de toda e qualquer barreira racista existente.



Ressaltamos também a importância do Parecer 03/2004 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, de 10 de março de 2004, que destaca a importância de uma educação antirracista no combate à discriminação e ao preconceito racial, que deverá ser desenvolvida em todas as escolas brasileiras.

[...] Aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos, atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participaram e ajudaram a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competência que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação (BRASIL, 2004, p. 9).

Mais tarde surge a Lei nº 11.645/2008 (que veio complementar a Lei nº 10.639/2003) e preconizava a necessidade de incluir também o ensino sobre a história, cultura e vivências dos diversos povos indígenas na formação da nação brasileira. Evidencia em seu Art. 26-A – “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008).

Portanto, uma educação decolonial antirracista vislumbra a superação dos padrões que foram forjados durante muito tempo na mentalidade da população, onde o negro figura como um ser que não possui valor, e essa ideologia deve ser banida de todos os setores da sociedade. Um dos setores aptos a servir de palco para uma proposta pedagógica antirracista é a escola, visto que é nesse ambiente que podemos fortalecer a luta antirracista, através do comprometimento por uma educação



intercultural e igualitária para todos, pois é através do ensino e do conhecimento que podemos vislumbrar uma sociedade sem discriminação, onde os sujeitos sociais se respeitem e se valorizem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um momento contraditório e permeado por desigualdades que atingem boa parte da população brasileira que se encontra destituída de seus direitos, podemos dizer que essa desigualdade também é racial, ao mesmo tempo que exclui, explora e faz distinção entre as classes sociais. São mazelas que por vezes estão expostas e em outras camufladas nos discursos e ações pertencentes a uma elite dominante. Uma dessas mazelas sociais é o racismo, prática vil e deprimente que está presente no cotidiano de muitos brasileiros todos os dias, camuflado nos olhares de indiferença, nas ações vexatórias e nas falas ofensivas. Esta prática está presente em vários setores, nas ruas, na televisão, em jornais, revistas, músicas, nas comunidades, nas escolas e entre tantos outros locais.

Partindo do pressuposto que a questão do racismo em escolas brasileiras é uma realidade latente e que a pessoa negra por vezes é vista de forma indiferente, pois para Rosemberg (1985, p. 84), “o negro associado à sujeira, à tragédia, à maldade, como cor simbólica, impregna o texto com bastante frequência”. Faz-se necessário desmistificar essas ideias impostas até hoje e uma das armas usadas no desmonte dessa ideologia é a pedagogia decolonial que surge como uma ferramenta de luta, resistência e sobrevivência. Luta travada contra esse sistema patriarcal, excludente e capitalista que dita regras, comportamentos e leis. Apesar de termos ultrapassado o chamado colonialismo, a colonialidade ainda permanece viva na sociedade e vemos isto quando nos deparamos com a exploração, a violência, as desigualdades sociais, a pobreza e tantas outras mazelas, que para muitas pessoas são “normais”, pois, em qualquer sociedade capitalista, sempre haverá pobreza e desigualdade. Mas o pensamento decolonial se opõe a essa realidade, que é imposta na força às camadas



populares, pois este pensamento é um grito de resistência que aponta para uma sociedade mais justa e igualitária.

Frisamos a constante mobilização dos movimentos negros nesse embate político que não se calam perante aos desmandos, mas erguem sua voz e se fazem presentes nos diversos setores e meios sociais, apoderando-se de uma postura política que nasce através do embate, da luta, do debate, do ato de tomar posição contra um pensamento que foi forjado através da ótica capitalista. É uma ação de resistência que se constrói através dos saberes e que ganha força com a construção de novas identidades sociais, pautado na garantia de direitos, da valorização, do saber cultural, do respeito, da cidadania e da ética.

Com relação ao ambiente escolar é essencial que o (a) educador (a) que trata no cotidiano com essa realidade de conflito, esteja comprometido com um projeto ético-político e pedagógico de construção de uma realidade que aponte para o respeito, os valores, as culturas, os saberes, as diferenças, as múltiplas singularidades, pois cada aluno possui sua especificidade que lhe é única, permeada de vivências e experiências que são compartilhadas no seio familiar.

Portanto, o (a) educador (a) precisa pautar sua prática pedagógica, vislumbrando uma nova ressignificação de ideias e valores para que os alunos possam participar do processo de reaprender com o outro, compartilhar experiências e conhecimentos. É preciso desenvolver uma educação onde a escola seja o território escolhido para a construção de novas identidades e perspectivas, envolvendo nesse diálogo professores, gestores, alunos, família e toda comunidade escolar, com a finalidade de despertar nestes sujeitos um olhar mais reflexivo, sobre o assunto, onde o respeito e a valorização sejam a base para garantir uma educação de qualidade para todos e concomitante a isso uma sociedade onde as desigualdades deixem de existir. É necessário, usar a educação como um vetor para novas experiências e práticas pedagógicas baseadas nos saberes de resistência, onde a luta por uma sociedade sem preconceito seja desenvolvida também dentro do ambiente escolar e com a



participação de todos os atores sociais envolvidos por essa causa justa que é a valorização dos seres humanos, independente de cor, crença e raça.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzales. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2ª ed. Petrópolis–RJ: Vozes, 2014.
- BERND, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 45ª ed. Brasília. DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- _____. Lei nº 10.639/2003 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/LEIS/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 14 de abr.2020.
- _____. Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008lei/l11645.htm. Acesso em: 15 de abr.2020.
- _____. **Parecer 03/2004 do Conselho Pleno Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnep-003.pdf>. Acesso em 31 de mai. 2020.
- CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo; Selo Negro, 2001.
- FIGUEIREDO, Ângela. Descolonização do conhecimento no século XXI. In: SANTIAGO, Ana Rita... [ET AL]. **Descolonização do conhecimento no contexto Afro-brasileiro**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017, p. 79-106.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 143 – 154.
- MALDONADO–TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO–GOMES, Santiago; GROSFUGUÉL, Ramón (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127 – 167.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MOTA NETO, João Colares. **Por uma Pedagogia Decolonial na América Latina: reflexões em torno do pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.



- MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 69 – 82.
- MUNANGA, Kabengele. **Raízes científicas no mito do negro e do racismo ocidental**. Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde, São Paulo, 1984.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber: eucentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 b. p. 107 – 130.
- ROSEMBERG, Fúlvia. **Literatura infantil e ideologia**. São Paulo: Global Editora, 1985.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005, p. 155 – 172.
- WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, ressurgir e reviver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2009, p. 12 – 42.